

Boletim



REDE JUBILEU SUL BRASIL

Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 16 – 22 de dezembro de 2006



Vejam neste Número

O que está na pauta para 2007

Reformas Neoliberais, “Cláusulas de Ação Coletiva” nos títulos da dívida externa, cortes de gastos sociais: vejam como as Instituições Financeiras Multilaterais, como o FMI, continuam mandando no país (pág 4)

Números da Dívida em 2006

Vejam quanto o país pagou de juros, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais. (pág 2)

Auditoria Cidadã / Rede Jubileu Sul Brasil participa de eventos no Haiti

De 26/10 a 2/11, a Auditoria Cidadã participou de seminários populares e reuniões com representantes do governo haitiano (pág 7)

Auditoria Cidadã conversa com Ministro relator da Ação da OAB no Supremo Tribunal Federal

Dia 27/11 representantes da Auditoria Cidadã informaram ao Ministro Ayres Britto sobre a importância da Auditoria da Dívida (pág 6)

Auditoria Cidadã da Dívida

Coordenação

Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Responsável técnico pelo Boletim

Rodrigo Vieira de Ávila

Contato: (61) 8147-1196

auditoriacidada@terra.com.br
www.divida-auditoriacidada.org.br

Rede Jubileu Sul Brasil

Contato: (11) 3112-1524

jubileubrasil@terra.com.br
www.jubileubrasil.org.br

As Dívidas Ecológicas Brasileiras

Somos credores de uma dívida histórica, ecológica e social, devida pelas classes dominantes do Sul e do Norte (pág 9)

O Superávit Primário e o caos nos aeroportos

Nos últimos meses, ficou claro como a dívida pública inferniza todos os aspectos da vida das pessoas (pág 10)

Números da Dívida em 2006

Vejam quanto o país pagou de juros em 2006, quanto a dívida cresceu, e quanto foi destinado às áreas sociais.

De janeiro a outubro de 2006, os governos federal, estaduais e municipais geraram um superávit primário (isto é, a economia de recursos para o pagamento da dívida, obtida por meio de aumento de arrecadação de tributos e corte de gastos públicos) equivalente a R\$ 90,9 bilhões ou 5,32% do PIB (Produto Interno Bruto, ou seja, tudo que o país produziu durante estes 10 meses). Porém, este superávit não foi suficiente para pagar os juros da dívida, que atingiram 7,89% do PIB no período. Isto significa que, de cada R\$ 100 de toda a riqueza produzida pelo país nestes 10 meses, R\$ 7,89 foram destinados para os juros da dívida.

Analisando-se a execução do orçamento federal deste ano até 21 de novembro, podemos ver a distribuição de recursos (que somaram, no total, R\$ 660 bilhões) apresentada no gráfico da página seguinte. As despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, exclusive o refinanciamento) consumiram nada menos que 40% dos recursos do período e foram muitas vezes superiores aos gastos com áreas sociais fundamentais, como saúde, educação e assistência social. Além disso, é quase nulo o valor destinado a setores importantes como Organização Agrária (com apenas 0,28% dos gastos), Transporte (0,35%), Ciência e Tecnologia (0,29%), Habitação e Saneamento (0,00%).

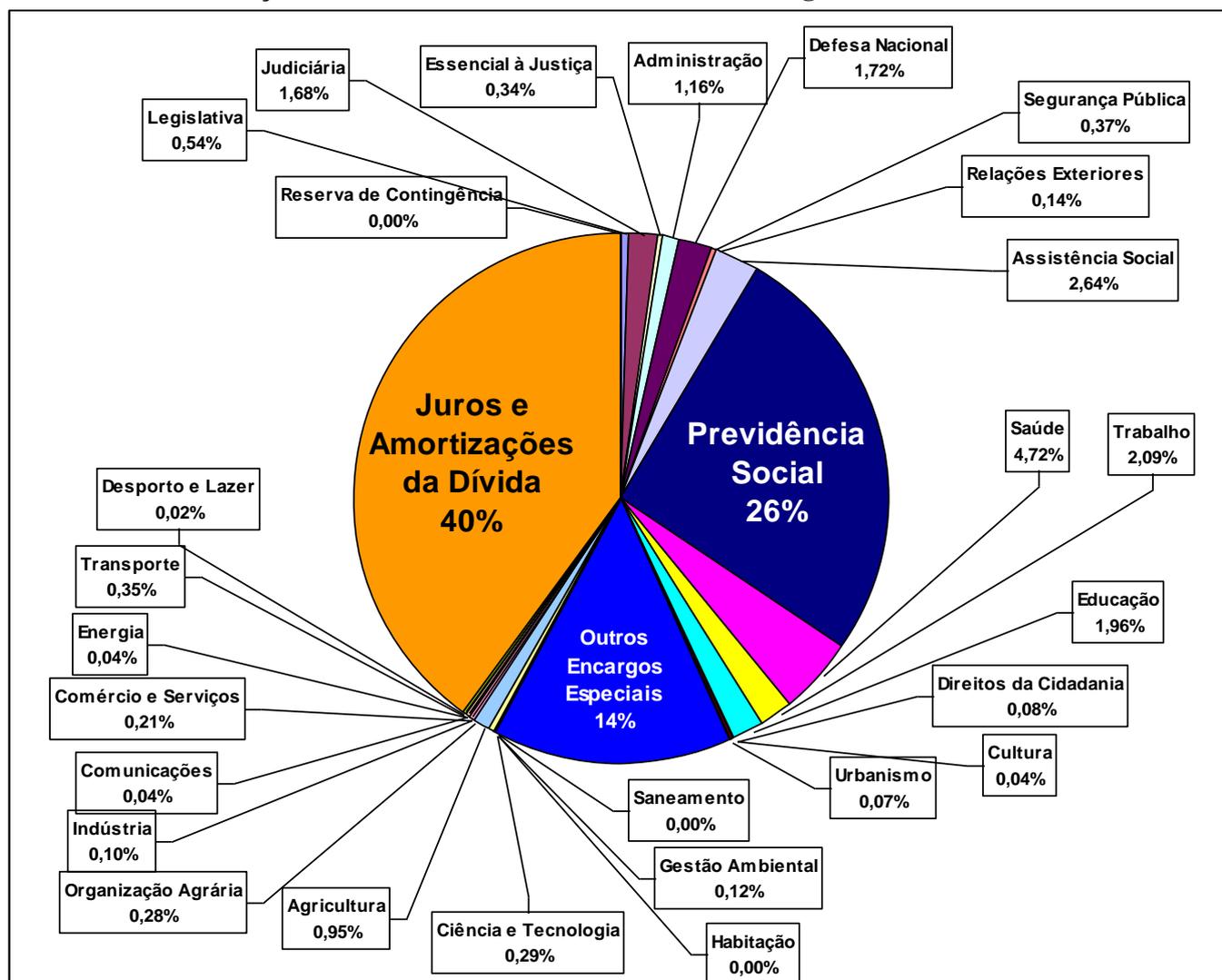
O valor correspondente ao refinanciamento da dívida, ou seja, o pagamento de títulos que estão vencendo mediante a emissão de novos títulos (a chamada “rolagem da dívida”), não está representado no gráfico. Caso considerássemos tal refinanciamento, as despesas com a dívida chegariam a 60% do total! As despesas com refinanciamento devem ser consideradas, uma vez que também representam gastos do governo com a dívida e seu significativo montante demonstra como o governo está dependente do “mercado financeiro”, que mensalmente coloca o Tesouro de joelhos para rolar dezenas de bilhões de reais em títulos. Este é o principal trunfo do “Mercado” para ditar a política econômica, uma vez que, a qualquer sinal de mudança na gestão da dívida pública, os investidores podem decidir não mais emprestar dinheiro ao governo, ou aumentar os juros cobrados por estes empréstimos.

O mais grave é que todo sacrifício social que vem sendo praticado para se atingir a meta de superávit primário não foi suficiente para impedir o crescimento explosivo da dívida interna federal neste período. De dezembro de 2005 a outubro de 2006, esta dívida cresceu de R\$ 1,003 trilhão para R\$ 1,150 trilhão, ou seja, um crescimento de nada menos que 15% em apenas 10 meses. Em valores absolutos, esta dívida cresceu R\$ 147 bilhões de janeiro a outubro, valor este equivalente a cinco vezes todo o gasto com saúde até 21/11/2006.

Ou seja: para os banqueiros tudo! Para o social, migalhas!

No que se refere à dívida externa, ela cresceu fortemente em outubro, apesar da política de pagamentos antecipados. A Dívida Externa, que era de US\$ 183 bilhões em setembro, cresceu nada menos que 7,6% apenas em outubro (para US\$ 197 bilhões), devido principalmente ao empréstimo externo de US\$ 13,7 bilhões tomado pela Vale do Rio Doce para comprar a empresa canadense Inco. Importante ressaltar que, apesar deste aumento da dívida externa ter ocorrido na parcela “privada”, é o governo que deve fornecer os dólares para as empresas quitarem seus débitos com o exterior. Em 2002, por exemplo, em meio à subida da moeda americana, os devedores privados quiseram antecipar seus pagamentos, o que encareceu mais ainda a moeda americana. Para estancar a sangria de capitais do país e tentar estabilizar o câmbio, o governo aumentou a taxa de juros – causando recessão e desemprego – e foi pressionado a fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional, que nos impôs reformas neoliberais como a da Previdência. Por isso, a dívida externa “privada” causa tantos danos ao país como a dívida externa pública. Um agravante no caso desta operação da Vale do Rio Doce é que os minérios do Brasil servirão de garantia para o pagamento desta dívida.

Orçamento Geral da União – 2006 – Recursos gastos até 21/11/2006



Fonte: Orçamento Geral da União – Sistema Access da Câmara dos Deputados. Não inclui o refinanciamento da dívida.

Nota: Os outros encargos especiais são formados, preponderantemente, pelas transferências a Estados e Municípios.

Com relação às contas externas, nota-se o aumento das remessas de lucros das filiais de transnacionais para suas matrizes no exterior. Nos 10 primeiros meses de 2006 foram US\$ 12,5 bilhões, ou seja, um aumento de 29% em relação ao mesmo período de 2005. Considerando também as remessas de juros de janeiro a outubro de 2006 (US\$ 9,5 bilhões), e as amortizações da dívida externa (US\$ 33,7 bilhões), chegamos a um total de US\$ 55,7 bilhões enviados ao exterior nos primeiros 10 meses de 2006. Valor este superior ao saldo comercial do período, de US\$ 37,9 bilhões. Ou seja: estamos dependentes do ingresso de capitais estrangeiros, e a qualquer crise financeira internacional teremos dificuldades para pagar nossos compromissos com o exterior. Importante ressaltar também que nossa vulnerabilidade externa também passa pela dívida interna, uma vez que ela tem como credores muitos investidores estrangeiros. Ou seja: a vulnerabilidade externa do país não se reduzirá sem a implantação de efetivo controle dos fluxos de capitais.

O que está na pauta para 2007

Reformas Neoliberais, “Cláusulas de Ação Coletiva” nos títulos da dívida externa, cortes de gastos sociais: vejam como as Instituições Financeiras Multilaterais, como o FMI, continuam mandando no país

O Brasil pagou antecipadamente ao FMI. Portanto, teríamos deixado de ser colônia, como diz o governo. Certo? Errado. Nunca o país viveu sob a ameaça de tantas reformas neoliberais como agora.

Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, alterações constitucionais para reduzir gastos sociais, Privatizações. Estas são algumas medidas em estudo pelo governo para 2007. A manutenção do superávit primário em 4,25% do PIB também é um “dogma”.

Reforma da Previdência

Sobre a Reforma da Previdência, por exemplo, documento recente da equipe econômica do governo propõe a desvinculação do salário mínimo dos benefícios previdenciários, a desvinculação dos reajustes dos ativos e dos inativos, e a aposentadoria integral apenas aos 67 anos. Antes dessa idade, só com redução no benefício. Outras medidas em estudo são a alteração nos critérios de elegibilidade e cálculo dos benefícios de risco, como auxílio-doença e pensões por invalidez ou morte. O governo também afirmou que encaminhará em fevereiro de 2007 a regulamentação da Reforma da Previdência de 2003, o que abrirá o caminho para os Fundos de Pensão. Importante lembrar que na Argentina, estes fundos aplicaram seus recursos em títulos da dívida, e perderam a maior parte de seu patrimônio com a redução de 75% do valor da dívida anunciada pelo governo argentino. O recente caso da Varig também mostrou como é grave a insegurança destes Fundos de Pensão, com os aposentados tendo de voltar a trabalhar para sobreviverem. O que mostra o risco a que os trabalhadores estariam submetidos com a privatização da previdência por meio destes Fundos. Previdência significa segurança, e não risco.

Reforma Trabalhista

Com relação à Reforma Trabalhista, esta já foi realizada em parte com a recente aprovação do chamado “Super Simples”, que abrangerá nada menos que 80% das empresas brasileiras. Elas serão desobrigadas de procedimentos

básicos como a afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências, a anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro, a comunicação ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre a concessão de férias coletivas, ou empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Assim, fica dramaticamente reduzida a possibilidade de a fiscalização do trabalho constatar o cumprimento, ou não, de direitos trabalhistas básicos pela empresa. Outra medida do Super Simples é a impossibilidade de punir o empresário flagrado no descumprimento de obrigações trabalhistas.

Redução dos gastos sociais e privatizações

A proposta de uma política de cortes de gastos nos próximos 10 anos, feita por Delfim Netto e aceita por Lula (o chamado “Déficit Nominal Zero” – ver Boletim nº 13) se traduziu em algumas propostas recentes da equipe econômica do governo. Uma delas é a alteração da Emenda Constitucional nº 29 - que garante o aumento anual dos recursos da saúde como proporção do aumento do PIB nominal. A idéia do governo é criar um outro indexador que reduza à metade tal reajuste anual, pelos próximos 10 anos. Outra possibilidade é a inclusão dos gastos com saneamento para fins de atendimento da Emenda 29, permitindo, portanto, que o governo destine menos recursos para a saúde.

Outra medida é a limitação do crescimento da despesa com salário dos servidores públicos pelos próximos 10 anos (o que elimina a possibilidade de recuperação das perdas passadas). Outra possibilidade – cogitada recentemente pelo Ministro do Planejamento - é o aumento da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite que o governo utilize como quiser 20% das receitas vinculadas a determinado tipo de gasto social.

Com relação ao salário mínimo, o governo acertou, em recente reunião com centrais sindicais, que o índice anual de reajuste nos próximos quatro anos será baseado na inflação mais a variação do PIB de dois anos atrás. Ou

seja: dadas as últimas projeções para o crescimento econômico brasileiro nos próximos anos, o mínimo apenas crescerá cerca de 3% ao ano em termos reais. Sempre é bom lembrar que o “salário mínimo necessário” (calculado pelo DIEESE) era de R\$ 1.510 em outubro de 2006. Este é o valor que garante o cumprimento do Artigo 7º da Constituição, segundo o qual é direito do trabalhador o salário mínimo capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Porém, com este índice de reajuste definido pelo governo e centrais sindicais, serão necessários 50 anos para que o mínimo atinja R\$ 1.510. Isso considerando que o PIB crescerá 3% ao ano no período.

Outra medida em estudo pelo governo é a ampliação do Programa Piloto de Investimentos (PPI), que, por imposição do FMI, somente pode abranger empreendimentos que tenham retorno financeiro. A maior parte destes investimentos se dá no setor de transportes, com a recuperação ou construção de rodovias. Após o Estado fazer os maiores dispêndios, estes empreendimentos podem ser repassados à iniciativa privada, que cobrará tarifas ou pedágio. Ou seja: o PPI é, na verdade, mais uma forma de financiar privatizações.

Cláusulas de Ação Coletiva

Outra imposição do FMI é a adoção das chamadas “Cláusulas de Ação Coletiva” nos títulos da dívida externa. Importante ressaltar que vários países adotaram esta cláusula em 2003, após o FMI desistir de proposta semelhante, idealizada pela gerente do FMI Anne Krueger. Tal proposta previa que os principais credores poderiam ditar os termos da renegociação das dívidas, caso estas não fossem pagas, num ascite à soberania dos países. Curiosamente, conforme anunciado pela imprensa, as CACs possuem o mesmo princípio:

os detentores de 75% do valor da dívida poderão definir os termos da renegociação, cujo Foro será em Nova Iorque, o que caracteriza desrespeito à soberania.

Mais absurdo foi a recente resposta do Ministério da Fazenda a requerimento de informações da senadora Heloísa Helena (P-SOL/AL), que solicitava o conteúdo das CACs: *“Relativamente ao conteúdo das cláusulas vigentes sobre os bônus, as informações serão complementadas posteriormente, tão logo concluído o processo de de tradução dos contratos”*.

Ou seja: além de não revelar o conteúdo das cláusulas, ainda mostrou que os contratos foram assinados em língua estrangeira.

Preparar a luta contra as reformas neoliberais

Em 2007, teremos de prosseguir e intensificar as lutas sociais face à ameaça de reformas neoliberais, e diante do aprofundamento da atual política econômica e da submissão às imposições dos emprestadores.

É importante, neste momento, nos lembrarmos da vitória do povo francês contra a “Lei do Primeiro Emprego”, no início deste ano. Na ocasião, todos os trabalhadores, novos e velhos, servidores públicos e demais trabalhadores ativos e aposentados se uniram em manifestações massivas, organizando tamanha resistência que resultou na retirada da proposta de lei, além do comprometimento do futuro político do Primeiro-Ministro Dominique de Villepin.

Mas isso só foi possível porque todos perceberam o alcance daquela reforma que aparentemente só afetaria aos jovens. Este é o nosso desafio também.

Auditoria Cidadã conversa com Ministro relator da Ação da OAB no Supremo Tribunal Federal

Dia 27/11 representantes da Auditoria Cidadã informaram ao Ministro Ayres Britto sobre a importância da Auditoria da Dívida

No final de 2004, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ajuizou junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a "Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental" (ADPF nº 059), por meio da qual pleiteia que o STF obrigue o Congresso Nacional a realizar a auditoria da dívida externa brasileira, prevista no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Este artigo estabelece que no prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição – 05 de outubro de 1988 -, o Congresso Nacional promoveria, “através de comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro”. Portanto, passados 17 anos da promulgação da Carta constitucional, aquele dispositivo não foi cumprido e a OAB entendeu que o Congresso deve ser acionado judicialmente para efetivá-lo.

Caso o Supremo acate a ação da OAB, o Congresso Nacional será obrigado a instaurar comissão mista (composta de senadores e deputados) para analisar os fatos e contratos geradores do endividamento externo. A comissão teria força legal para requisitar documentos e convocar depoentes, atuando com auxílio do Tribunal de Contas da União. Foi designado o Ministro Carlos Ayres Britto para ser o relator da ADPF 59 no STF, que será depois submetida ao julgamento dos ministros do Supremo.

É importante ressaltar que a referida auditoria, quando instalada, deverá ser um processo transparente, aberto à participação das entidades da sociedade civil que vêm acompanhando o processo de endividamento brasileiro e suas nefastas consequências ao povo.

Dia 21 de novembro de 2006, representantes do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida tiveram audiência com o Vice Presidente da OAB, dr. Aristóteles Ateniense, onde foi discutida a importância de informarmos ao Ministro Carlos Ayres Britto, sobre o movimento da “Auditoria Cidadã” e o resultado dos principais estudos. Diante disso, foi agendada audiência junto ao gabinete do ministro, que ocorreu dia 27/11, às 17:30h.

Nesta audiência, informamos ao Ministro que, embora a ADPF tivesse sido apresentada pela OAB, a mesma contava com o apoio das entidades integrantes da Campanha pela Auditoria Cidadã da Dívida e Rede Jubileu Sul. Informamos também sobre o resultado dos principais estudos do movimento da “Auditoria Cidadã”.

Apresentamos ao Ministro um documento (disponível no site www.divida-auditoriacidada.org.br) no qual relacionamos a dívida ao descumprimento dos direitos humanos, contrapondo, desta forma, o argumento (contrário à Ação da OAB) de que "o descumprimento do Artigo 26 do ADCT da Constituição não seria caso de Descumprimento de Preceito Fundamental". No documento também consta um resumo das principais ilegalidades da dívida já levantadas pela Campanha Auditoria Cidadã. Mostramos também, com documentos oficiais (Diário do Congresso de 5/10/1989) que a Comissão Mista do Congresso de 1989 não chegou a concluir a auditoria da dívida, contrapondo assim, mais um argumento contrário à Ação da OAB (o de que a auditoria teria sido realizada em 1989).

Informamos também que o pagamento antecipado ao FMI não representou a resolução do endividamento, mas, pelo contrário, significou a troca de dívida com baixas taxas de juros por outras dívidas com taxas de juros maiores e com mais condicionalidades, especialmente as Cláusulas de Ação Coletiva (ver artigo da página 4). Foi relatado também ao Ministro que, na iminência de uma nova crise da dívida (devido à crise americana e a possibilidade de novas altas nas taxas de juros internacionais), o instrumento da auditoria seria de fundamental importância para resguardar os interesses nacionais frente aos credores.

O Ministro ouviu atentamente nossos argumentos. Acreditamos que a audiência foi de extrema importância para o sucesso da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 59, da OAB.

Auditoria Cidadã / Rede Jubileu Sul Brasil participa de eventos no Haiti

De 26/10 a 2/11, a Auditoria Cidadã participou de seminários populares e reuniões com representantes do governo haitiano

A Campanha Jubileu Sul Américas e os movimentos sociais do Haiti promoveram, entre os dias 26 de outubro a 02 de novembro de 2006, seminários populares, manifestações, audiências com autoridades haitianas e a reunião de coordenação da Jubileu Sul Américas. Estes eventos foram realizados no Haiti devido à atual conjuntura de ocupação militar, que se presta ao modelo neoliberal e à política de endividamento deste país, marcado por um histórico de colonização e dívida ilegítima, que vem se acumulando desde a independência haitiana. Na ocasião, a França impôs um bloqueio econômico de dez anos que só foi levantado quando os governantes do Haiti decidiram concordar com o pagamento de 150 milhões de francos ouro (US\$ 22 bilhões em valores atuais) em compensação pela perda de seus escravos.

Por esta razão, *“Hoje, no Haiti, está em jogo o futuro de toda América Latina e Caribe”*, diz a abertura da Declaração Final destes eventos (disponível no site www.divida-auditoriacidada.org.br). Os eventos também representaram um seguimento da Missão Internacional de Investigação e Solidariedade ao Haiti, que esteve no país em abril de 2005, no contexto da campanha de solidariedade com o Haiti, pela retirada das tropas estrangeiras e anulação da dívida externa. Pelo Brasil, participaram Fabrina Furtado (Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais) e Rodrigo Ávila (Auditoria Cidadã da Dívida – Rede Jubileu Sul).

Seminário “Dívida, Livre Comércio, Pobreza e Perspectivas de Desenvolvimento para Haiti e a Região”.

Este Seminário contou com a participação de cerca de 100 pessoas, representantes de organizações populares haitianas e da Delegação da Jubileu Sul Américas. O debate propiciou o intercâmbio de informações e experiências de luta frente à dominação exercida pela dívida, as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e as políticas neoliberais. Na ocasião, a representante da Rede Brasil expôs a atual situação dos projetos de Integração Regional na América Latina, que não são orientados pelos interesses dos povos, mas das grandes empresas. O representante da Auditoria Cidadã / Rede Jubileu Sul expôs a experiência

brasileira da Auditoria Cidadã da Dívida, enfatizando a necessidade de uma auditoria sobre as dívidas. As deliberações finais do Seminário incluíram a luta contra a ocupação militar e contra o endividamento, que inclui a realização de auditorias e tribunais sobre a dívida haitiana.

Dia 29 de outubro foi realizado Fórum Público sobre a resistência dos povos do continente frente à dominação imperialista e as Instituições Financeiras Internacionais. Este evento foi um seguimento do Seminário anterior, e contou com a presença de cerca de 200 pessoas. Inicialmente, houve a exposição de especialistas e integrantes de movimentos sociais haitianos, sobre a história e a atual conjuntura local. Os integrantes da Delegação da Jubileu Sul Américas também puderam dar pequenos aportes à discussão, relacionados com os temas tratados no Seminário anterior – no caso do Brasil, os principais pontos colocados foram o papel destruidor das IFIs no Haiti e na região e a auditoria da dívida como instrumento de luta.

Ainda no dia 29, foi realizado encontro e intercâmbio com representantes de organizações e redes haitianas para realizar um balanço da experiência da Missão Internacional (abril de 2005) e avaliar as perspectivas de continuidade da campanha de solidariedade em nível continental.

Um ponto reafirmado com muita veemência pelos movimentos haitianos é o de que as tropas estrangeiras se prestam à implantação do modelo neoliberal, uma vez que servem de escudo para as manifestações populares. Desta forma, os patrões, empresários de multinacionais e Zonas Francas se sentem encorajados e protegidos para poder, por exemplo, explorar os trabalhadores, reduzir seus salários, retirar direitos trabalhistas. Os países do Norte e as Instituições Financeiras Multilaterais também se sentem protegidas de eventuais revoltas populares contra o pagamento da dívida ou contra qualquer mudança na política neoliberal.

Audiências com autoridades haitianas

Os representantes da Delegação da Jubileu Américas tiveram também audiências com representantes do governo haitiano. Uma delas foi realizada com o ministro do Planejamento e Cooperação Externa - Jean Max Bellerive - em 30/10/2006. Para esta audiência, a delegação da Jubileu Américas elegeu o tema da auditoria da

dívida como prioritário. A Campanha da Auditoria Cidadã da Dívida brasileira expôs a necessidade de uma auditoria da dívida haitiana, face à ilegitimidade desta dívida e às experiências bem sucedidas de auditorias em outros países. Jean Max concordou com o pleito, e se comprometeu a abrir todas as informações oficiais sobre o endividamento, para os movimentos sociais haitianos.

O ministro ainda expôs graves ilegitimidades da dívida haitiana, como por exemplo, o fato de que o governo não possui controle sobre o destino dos empréstimos que chegam ao país. Relatou que a maior parte dos recursos destes empréstimos são destinados a ONGs, ou a empreendimentos pré-definidos pelos emprestadores ou doadores internacionais. Desta forma, os empreendimentos sociais no país não seguem um planejamento, sendo que o único papel que o governo efetivamente desempenha é o pagamento de tais empréstimos. Não há controle governamental sobre a aplicação de tais recursos, e menos ainda uma avaliação global dos efeitos de tais empréstimos sobre o povo haitiano. Alguns exemplos desta falta de planejamento são casos de financiamentos para escolas que, após construídas, não dispõem de professores para trabalhar.

Dia 31 de outubro houve audiência com o primeiro-ministro - Jacques-Edouard Alexis. Também foi pleiteado ao primeiro-ministro a necessidade de auditoria da dívida haitiana, uma vez que este instrumento poderia aumentar o poder político do governo e do povo haitiano frente às Instituições Financeiras Multilaterais.

Dia 31 de outubro, a audiência foi com a Comissão Econômica do Senado haitiano. Nesta audiência, que contou com a presença de ¼ dos senadores haitianos, o tema prioritário também foi o da auditoria da dívida, uma vez que o Senado possui a atribuição de aprovar e acompanhar o endividamento externo daquele país. O representante da Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil ressaltou a necessidade do Senado realizar a auditoria da dívida haitiana, face às ilegitimidades da dívida financeira e à dívida histórica, social e ecológica que o Norte deve ao povo haitiano. Os senadores concordaram com o pleito, e ainda relataram alguns exemplos de irregularidades, como alguns empréstimos que servem para pagar salários altíssimos para funcionários estrangeiros fazerem planos de desenvolvimento para o Haiti.

Planos estes piores do que os que poderiam ser feitos pelos próprios haitianos.

Reunião de Coordenação da Jubileu Américas

O último evento foi a reunião de Reunião de Coordenação da Campanha Jubileu Américas (30/10/2006 a 02/11/2006), quando se procurou estabelecer estratégias para 2007. No que se refere ao tema da dívida, foi estabelecido que cada país irá levantar casos exemplares de ilegitimidade da dívida, e relacionar o endividamento com a vida cotidiana das pessoas. Estas informações serão utilizadas na elaboração de um material massivo em cada país, e também em uma publicação massiva do Jubileu Sul Américas, em linguagem popular. Outra tarefa será intensificar a Campanha de Solidariedade ao Haiti, divulgando em cada país um material sobre as ilegitimidades da dívida haitiana, que será desenvolvido pelos movimentos sociais do Haiti.

A Proposta de “perdão” da Dívida do Haiti com o Banco Interamericano de Desenvolvimento

Durante os eventos, foi informado que o BID iniciou um processo de discussão em torno da anulação da dívida externa da Bolívia, Guiana, Honduras, Nicarágua e Haiti reivindicada pelo Banco. Porém, o BID não abriu nenhum processo de consulta formal e efetiva com a sociedade civil. Em reunião dia 17 de novembro de 2006, Brasil e México concordaram em contribuir no pagamento dos custos da “anulação” das dívidas destes cinco países, porém, há uma controvérsia em torno de qual será o valor anulado (se o estoque da dívida vigente é do ano 2001, 2003 ou 2004). Ou seja: não se trata de anulação, mas de apenas redução da dívida. E no caso do Haiti, mesmo que a dívida com o BID fosse totalmente anulada, ainda restariam os demais 59% da dívida externa haitiana, devidos a outros credores (que não o BID). Mas o pior é que tal “anulação” apenas seria efetivada no ano que vem, e está condicionada à obtenção do “selo de aprovação” do FMI, que representa a implementação de pontos da agenda neoliberal.

Versão integral do relato das atividades no Haiti está disponível no site www.divida-auditoriacidada.org.br

As Dívidas Ecológicas Brasileiras

Somos credores de uma dívida histórica, ecológica e social, devida pelas classes dominantes do Sul e do Norte

Por Roberto Malvezzi (Gogó)

Desde que derrubaram o primeiro pau Brasil, a história dessa árvore é a história desse país, tanto no nome como no destino. Ali se iniciara a essência predadora da civilização brasileira, que parece não ter fim enquanto não derrubar a última árvore, contaminar o último rio e devastar o último palmo de solo.

Hoje nos restam apenas 7% da Mata Atlântica, 30% do Cerrado, 30% da Caatinga, 70% da Amazônia. Não sabemos o que resta do bioma Pampa. Junto com a devastação das matas vai a biodiversidade e muitos de nossos mananciais de água.

As últimas falas do presidente Lula, ao afirmar que “negros, índios, ambientalistas e Ministério Público” – as vítimas principais desse processo histórico - são os entraves do país, deixam nítido que o entendimento de desenvolvimento do presidente segue a lógica inaugural da civilização brasileira. Para pessoas que pensam assim, desenvolver é depredar. Trocar a biodiversidade por uns quilos de soja é uma irracionalidade, inclusive econômica, mas não o é para quem precisa arrecadar dólares no exterior para pagar a dívida ou facilitar a vida quem precisa desses dólares para inserir-se no consumo mundial. Mesmo após a emergência da consciência ecológica no final do século passado, os chamados agentes do desenvolvimento continuam pensando e procedendo da mesma forma. É preciso destravar a cabeça do presidente.

Nesse sentido as dívidas ecológicas brasileiras só tendem a aumentar. Hoje, grande parte de ambientalistas e Ongs preferem ficar

num ambientalismo de franjas, sem atacar a essência do modelo.

O resgate das dívidas ecológicas é pensado e defendido por pessoas e grupos consequentes. Estão no Brasil ou em qualquer canto do mundo. São inconformados com o modelo produtivista e consumista dos tempos atuais. Entretanto, mesmo vencendo batalhas pontuais, estamos perdendo a guerra. Os predadores estão ganhando. Aliás, nenhum de nós está preparado para viver realmente num outro tipo de civilização, onde a vida vem em primeiro. Se já era difícil para muita gente conceber a existência numa sociedade socialista, muito mais inimaginável é imaginar a vida numa sociedade onde todas as formas de vida têm seu lugar. Ainda mais complicado é aceitar que nossa vida depende da teia de relações da comunidade da vida. Essa é uma revolução sem precedentes na história da humanidade. Nesse sentido, as comunidades indígenas que ainda restam são as únicas que ainda tem algo a nos ensinar.

Entretanto, por bem ou por mal, teremos mudanças inimagináveis na civilização global e nós não escaparemos dessas mudanças. É o que chamamos de crise civilizatória, com mudanças nos fundamentos da civilização. Porém, crise não é um fenômeno necessariamente ruim. Pelo contrário, pode ser a oportunidade de um novo modo de vida para a humanidade, realmente mais humano, mais respeitoso do planeta, mais fraterno, muito melhor de se viver. Mas não chegaremos ao novo sem passar pela crise. Aqueles que apostam sua vida nesses novos valores são os profetas da civilização que ainda vai nascer.

O Superávit Primário e o caos nos aeroportos

Nos últimos meses, ficou claro como a dívida pública inferniza todos os aspectos da vida das pessoas

A precariedade dos serviços públicos brasileiros é bastante conhecida por todos, e ocorre devido à política de endividamento. Os efeitos desta política são sentidos em todos os aspectos da vida das pessoas, e a cada dia, nos deparamos com mais uma faceta deste processo.

Nos últimos meses, a população brasileira conheceu mais um perverso efeito da dívida sobre suas vidas: o colapso do sistema de controle de voo no Brasil. Após o acidente com o voo Gol 1907 os controladores de voo iniciaram operação padrão para chamar a atenção da população para as péssimas condições de trabalho e salários aviltantes desta categoria, cuja responsabilidade é imensa. Este é apenas um pequeno exemplo da situação das mais diversas categorias de servidores públicos no país. Em 1995, mais da metade da Receita Corrente Líquida do governo federal (RCL, formada pelas receitas do governo federal menos as transferências a estados e municípios) era gasta com pessoal. Hoje, devido à política de superávits primários, menos de 30% da RCL é destinada aos servidores públicos.

Com o início da “operação padrão”, o governo, pressionado, acenou imediatamente com a realização de concurso para a contratação de novos controladores. Ou seja: foi preciso que a situação chegasse ao caos para que o governo pudesse reconhecer a grave situação dos servidores responsáveis pelo controle do espaço aéreo brasileiro.

No dia 5 de dezembro de 2006, uma falha na transmissão de rádio entre controladores de voo e pilotos parou os céus do Brasil, devido à falta de equipamentos e pessoal especializado no sistema de controle aéreo para poder corrigir a falha. Dias depois, o presidente Lula determina a compra de equipamentos reserva e a criação de novos centros de controle aéreo no país. Ou seja: novamente foi necessário se chegar ao fundo do poço – e ao pior dia da história da aviação brasileira - para que se pudesse liberar recursos para a melhoria do setor.

E o que está por trás de tudo isso? Novamente, o superávit primário. O Fundo Aeronáutico, fonte de recursos para a compra e manutenção de equipamentos de controle aéreo

(cuja receita vem das tarifas de embarque), acumula R\$ 1,9 bilhão em caixa, resultado dos contínuos contingenciamentos ano a ano. Ou seja: até mesmo as pesadas tarifas aéreas que pagamos quando embarcamos são desviadas para o superávit primário!

A dois meses do final de 2006, o programa de proteção ao voo apenas havia gasto 54% dos R\$ 531,7 milhões previstos para 2006. E, apesar da Aeronáutica ter solicitado R\$ 600 milhões para 2007 (como o mínimo de recursos aceitável), o governo apenas programou, no Projeto de Lei Orçamentária para 2007, o valor de R\$ 489 milhões, o que significa uma redução de 8% em comparação ao programado para 2006.

A recente auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União sobre a crise aérea mostrou que isto ocorre há muito tempo, ou seja: ano a ano, o governo sempre concede menos recursos que o solicitado pela Aeronáutica. O TCU também confirmou que parte da receita com as tarifas aéreas não é repassada à Aeronáutica.

Ignorando estes fatos, o governo alega que o problema não é falta de recursos, e sim de gestão. Interessante. Para fazer superávit primário, a gestão do governo é super competente, com o acompanhamento sistemático e divulgação de relatórios mensais de atingimento das metas, e com decretos periódicos de contingenciamento para os ministérios cumprirem à risca. Porém, para gastar os recursos, o próprio governo admite a falha de gestão. Portanto, o argumento governista, antes de negar, apenas confirma a opção por um modelo de Estado que privilegia a doutrina neoliberal, imposta pelo FMI, segundo a qual a prioridade é obter as metas financeiras, deixando em segundo plano as metas sociais.

Podéria-se também argumentar que com alguns milhões podéria-se resolver o problema. Ou que o avião é um meio de transporte que serve principalmente à elite, enquanto os mais pobres andam de ônibus. Porém, isto ocorre em todas as áreas e programas, como resultado da política de superávit primário, onde a situação dos aeroportos é apenas um exemplo. Sugando recursos de todas as áreas sociais - recursos estes

pagos com tanto sacrifício pela população mais pobre – as “migalhas” de cada programa vão formando um superávit primário de mais de 5% do PIB que representou, até outubro, R\$ 91 bilhões, incluindo União, Estados e Municípios. Tal valor representa mais de duas vezes todos os recursos federais programados para saúde pública para este ano, mais os recursos da Reforma Agrária.

Foi necessário se estabelecer o caos para o governo abrir novo concurso para controladores e liberar recursos para o sistema de controle de vôo. Porém, seria bom que o governo também enxergasse o caos que existe, por exemplo, na saúde pública, nas estradas esburacadas, no transporte público, no desemprego, e nas

péssimas condições de vida da população brasileira.

Quem sabe assim são finalmente ouvidas as reivindicações dos servidores dos mais diversos órgãos da administração pública, que são os que mais conhecem a realidade? Quem sabe assim não se determina, por exemplo, a contratação de novos médicos, professores, etc, além da recuperação de seus salários? Quem sabe assim não se determina também a melhoria da qualidade das escolas públicas, ou a aceleração da reforma agrária?

Quem sabe assim não se determina de vez o fim do superávit primário, e se instaura uma verdadeira auditoria da dívida e sobre todos os efeitos dela sobre nossas vidas?